

# NOVAS REGRAS PARA PAGAR A DÍVIDA *ext.*

**Funaro quer  
negociar se os  
bancos concordarem  
em reduzir nosso  
pagamento de juros**

Técnicos da área econômica garantem: o governo não pretende endurecer com os banqueiros apenas como exibição; há a firme determinação de utilizar toda a flexibilidade necessária para alcançar um acordo razoável para o País. Para que isso aconteça, o Brasil quer coisas até o momento consideradas difíceis: capitalização parcial dos juros, redução substancial de **spreads** (taxas de risco exigidas de devedores não muito confiáveis) e a inclusão na **libor** (taxa de juros européia, menor que a americana **prime rate**) de todo o estoque da dívida.

O governo examina também operações de co-financiamento, que garantem a participações do Banco Mundial e instituição internacionais oficiais, em empréstimos específicos para obras ou setores da economia. O objetivo é o de restabelecer o fluxo de recursos externos e reduzir as transferências de dinheiro, através principalmente de juros altos, para o Exterior.

Os informantes preferiram não comentar a declaração do novo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, segundo a qual seria possível obter, já a partir de 1987, uma redução entre um bilhão e um bilhão e meio de dólares nas transferências de recursos reais para o Exterior.

Admitiram, no entanto, que o ministro Dílson Funaro espera muito mais, e considera que esse **ganho** será obtido apenas na redu-

ção da taxa de risco, cujo nível o Brasil reivindica que seja inferior ao que foi concedido na renegociação mexicana, ou seja, 0,871% da **Libor**.

O governo pretende obter um ganho de pelo menos 2,5% do PIB nas transferências, com uma redução, portanto, da ordem de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões.

## **Equalização**

A criação de um fundo de equalização, que absorveria o diferencial entre a taxa de juros fixa previamente negociada e a taxa efetivamente praticada no mercado, é apenas mais uma das formas de operacionalizar essa capitalização, segundo notaram os especialistas da área econômica, lembrando que a idéia chegou a ser ventilada há dois anos pelo ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, com algumas diferenças.

Ao negarem que o Brasil abandonou a alternativa de co-financiamento, inclusive a operação de US\$ 1,2 bilhão com o Banco Mundial (US\$ 500 milhões) e com os bancos privados (US\$ 700 milhões), os informantes disseram que seria um erro estratégico primário fixar-se obsessivamente numa só proposta, quando o ideal seria apresentar um leque de alternativas.

Eles lembraram que só o fato de se retirar da **prime rate** o referencial de 23% da dívida externa brasileira significará, de um só golpe, obter uma sensível redução

na taxa de juros de US\$ 23 bilhões, o que não deixa de ser uma economia expressiva.

Salientaram também que, embora não haja um prazo fatal para o início e o término das negociações, que eles acreditam serão necessariamente lentas e complexas, o governo gostaria de que pelo menos as bases de uma proposta consensual de refinanciamento estivessem definidas até o final do ano.

Para esses técnicos, o problema mais imediato é a negociação governo a governo, no âmbito do Clube de Paris, ponto de partida para uma conversa mais específica com os banqueiros. Eles disseram acreditar que os contatos feitos pelo ministro Dílson Funaro com representantes de entidades governamentais, abriram o caminho para um entendimento no Clube de Paris, a despeito das aparentes resistências dos Estados Unidos.

